

**TERMO DE FOMENTO Nº 57/2025**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO
SOCIAL - SPS E O INSTITUTO NORDESTE
CIDADANIA - INEC, PARA O FIM NELE
INDICADO.**

O **ESTADO DO CEARÁ**, através da **SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60130-160, neste ato representada por seu Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna, **Sandro Camilo Carvalho**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e o **INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.437.408/0001-98, com sede na Av. Dr. Silas Munguba, 3500, Itaperi, Fortaleza-CE, CEP nº 60.714-502, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representada conjuntamente, na forma de seu estatuto, por seu Diretor Presidente **Stélio Gama Lyra Júnior** e por sua Diretora de Desenvolvimento Humano e Socioambiental **Ana Maria Rego Xavier**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, de acordo com o **Processo nº 47001.010991/2025-59**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente instrumento fundamenta-se, além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da Constituição Estadual:

- a) na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) na Lei Estadual nº 15.175/2012;
- c) na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações;
- d) no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações;
- e) na Lei Estadual nº 18.973/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025);
- f) no Ato Declaratório de Inexigibilidade nº 27/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Fomento a execução do **Projeto “Programa Desenvolvimento Comunitário - Ciranda dos Saberes, Diálogos e Sustentabilidade”**, executado conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A Administração Pública, por força deste Termo de Fomento, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de **R\$ 301.762,95 (trezentos e um mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e**

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



cinco centavos), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) classificação(ões) orçamentária(s):

47200001.08.243.122.11142.03.445042.2.6699200000.1

47200001.08.243.122.11142.03.335041.2.6699200000.1

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA

4.1. Não será exigida contrapartida da organização da sociedade civil para este Fomento, por força da faculdade disposta no Art. 35, §1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Fomento terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em **31 de julho de 2026**, podendo ser alterada através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

6.1. O atraso na liberação dos recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, motivado exclusivamente pela Administração Pública, ensejará a prorrogação de ofício, em prazo correspondente ao período do atraso, configurando atraso também a liberação parcial de valores previstos no cronograma de desembolso;

6.2. A prorrogação de ofício, de que trata o item 6.1, dar-se-á por meio de apostilamento e deverá ser efetivada na vigência do Termo de Fomento, assegurada a publicidade prevista no Portal da Transparência do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Compete à Administração Pública:

- a) proceder a liberação de recursos financeiros obedecendo o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho aprovado e assinado, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à organização da sociedade civil, comprovação da situação de regularidade cadastral e adimplência, na forma da lei;
- c) certificar-se de que a organização da sociedade civil está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual;
- d) transferir ou assumir a responsabilidade pelo Termo de Fomento, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;
- e) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela organização da sociedade civil, zelando pelo cumprimento de todas as cláusulas deste Termo;
- f) fixar e dar ciência à organização da sociedade civil dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste instrumento, apoiando sua

Secretaria da Proteção Social

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160

FONE: 3101-4557;



execução e prestando a necessária assistência à organização da sociedade civil;

g) constituir comissão de monitoramento e avaliação responsável pelo monitoramento da execução e avaliação dos resultados das parcerias, a ser designada em ato específico, nos termos do art. 2º, XI c/c art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

h) analisar, na forma da lei, a prestação de contas anual e final apresentadas pela organização da sociedade civil;

i) permitir livre acesso dos agentes do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

7.2. Compete à Organização da Sociedade Civil:

a) realizar a execução física do objeto pactuado, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho;

b) comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) sob a orientação da Administração Pública, gerenciar e coordenar as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;

d) comprovar à Administração Pública a situação de regularidade cadastral e adimplência, na ocasião de cada repasse financeiro, na forma da lei;

e) manter-se adimplente durante toda a execução do instrumento e atualizadas as informações cadastrais junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, para fins de submissão de planos de trabalho, celebração de parcerias, inclusive aditivos de valor, e recebimento de recursos financeiros;

f) disponibilizar ao cidadão, na rede mundial de computadores, ou na falta desta, em sua sede, informações referentes à parcela dos recursos financeiros recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigados;

g) apresentar os documentos de liquidação constantes nos Arts. 90 e 91 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, bem como encaminhar à Administração Pública os seguintes documentos:

g.1) Relatório Parcial de Execução do Objeto, a cada 60 (sessenta) dias, contados da primeira liberação de recursos da parceria, respeitando o prazo de envio do Relatório Final de Execução do Objeto;

g.2) Relatório Final de Execução do Objeto, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.

h) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

i) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto do presente Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;

j) estabelecer os procedimentos através dos quais se darão as aquisições e contratações de bens e serviços por meio da presente parceria.

Secretaria da Proteção Social

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160

FONE: 3101-4557;



j.1) Para fins de comprovação da realização do procedimento de aquisição e da efetiva contratação, a organização da sociedade civil deverá apresentar à SPS a documentação pertinente ao procedimento adotado.

k) realizar as contratações de bens e serviços com o uso de recursos transferidos por meio desta parceria em observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da razoabilidade e do julgamento objetivo, buscando permanente qualidade e durabilidade;

l) observar como valores máximos para as aquisições de bens e serviços o valor aprovado no Plano de Trabalho;

m) receber do fornecedor de bens e serviços os seguintes documentos:

m.1) no caso de pessoa jurídica:

a) Certidão de tributos federais;

b) Certidão de regularidade junto às Fazendas Municipal e Estadual da sede do fornecedor;

c) Certidão de regularidade do FGTS;

d) Certidão de Débitos Trabalhistas.

m.2) no caso de pessoa física:

a) Documento de Identidade;

b) CPF;

c) Comprovante de residência;

d) Comprovante de inscrição municipal e previdência social, se for o caso.

m.3) A critério da Administração Pública ou da OSC, além da documentação prevista nas alíneas “m.1” e “m.2”, poderá ser exigida a comprovação da qualificação técnica ou financeira do fornecedor.

n) manter arquivo individualizado de toda documentação original que comprove a execução e a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e das despesas realizadas em virtude deste instrumento, os quais permanecerão à disposição da concedente e dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da apresentação da prestação de contas, se tiver sido aprovada, ou da data de regularização da prestação de contas inicialmente reprovada;

o) propiciar aos técnicos credenciados pela Administração Pública todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste Fomento;

p) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste instrumento, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

q) manter os recursos repassados em conta específica do termo de Fomento, aberta em instituição bancária oficial, somente podendo movimentá-los nos casos expressamente previstos neste instrumento e na legislação aplicada;

r) divulgar em seu sítio oficial e em local visível as parcerias com a administração pública, nos termos do art. 11 da lei Federal nº 13.019/2014;

s) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste Termo de Fomento, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;

Secretaria da Proteção Social

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160

FONE: 3101-4557;



- t) permitir livre acesso dos agentes da Administração Pública Estadual, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- u) observar, quando da contratação da equipe técnica encarregada da execução do projeto, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como os pisos salariais das categorias contratadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

8.1. A liberação de recursos financeiros será realizada em conta bancária específica aberta na instituição financeira pública, operadora do sistema E-PARCELIAS, devendo obedecer ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e estando condicionada ao atendimento pela organização da sociedade civil e pelo interveniente, quando este assumir a execução do objeto, dos seguintes requisitos:

- a) regularidade cadastral;
- b) situação de adimplência;
- c) comprovação de depósito da contrapartida, quando for o caso.

8.2. A liberação de recursos financeiros prevista no item 8.1 será precedida de autorização do ordenador de despesas do órgão concedente.

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1. Compete à organização da sociedade civil realizar a movimentação dos recursos financeiros liberados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, o que somente poderá ocorrer para atendimento das seguintes finalidades:

- a) pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- b) ressarcimento de valores;
- c) aplicação no mercado financeiro.

9.2. A movimentação dos recursos da conta específica da parceria para pagamento de despesas e ressarcimento de valores será efetuada por meio de Ordem Bancária de Transferência – OBT, emitida pelo sistema corporativo de gestão das parcerias.

9.3. A movimentação de recursos prevista no item 9.1 deverá ser comprovada à Administração Pública mediante a apresentação de extrato bancário da conta específica do instrumento, a cada 60 (sessenta) dias contados da primeira liberação de recursos da parceria, e de comprovante de recolhimento dos saldos remanescentes, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.

9.4. O extrato bancário de que trata o item anterior contemplará a movimentação financeira referente ao período compreendido entre a data da primeira liberação de recursos e o quinto dia útil imediatamente anterior ao final do referido prazo de apresentação, cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

10.1. Os recursos da parceria serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



finalidade, na mesma instituição bancária da conta específica do instrumento de parceria.

10.2. Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados na execução do objeto do instrumento mediante prévia alteração do Plano de Trabalho, formalizada por meio de celebração de Termo Aditivo, nos termos do parágrafo único do artigo 95 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1. O ressarcimento de valores compreende a devolução:

- a) de saldo remanescente, a título de restituição;
- b) decorrente de glosa efetuada quando do monitoramento durante a execução do instrumento celebrado;
- c) decorrente de glosa efetuada quando da análise da prestação de contas.

11.2. A devolução de saldo remanescente de que trata a alínea “a” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou a rescisão do Termo de Fomento, mediante recolhimento ao Estado, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos, incluídos os valores provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, se houver, nos termos do Art. 94, §1º do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

11.3. A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “b” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, por meio de depósito bancário na conta específica do Termo de Fomento, nos termos do Art. 94, §2º do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

11.4. A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “c” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, mediante recolhimento ao Estado, nos termos do Art. 94, §3º do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

11.5. O valor das glosas de que tratam as alíneas “b” e “c” do item 11.1 deverá ser devolvido atualizado monetariamente pela taxa IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. Compete à organização da sociedade civil comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos através deste Termo de Fomento mediante apresentação de Prestação de Contas.

12.2. A prestação de contas encaminhada pela organização da sociedade civil deverá observar as regras previstas no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e conter elementos que permitam ao gestor do instrumento concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado.

12.2.1. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente;

12.2.2. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes;

12.2.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



resultados alcançados.

12.3. Compete à organização da sociedade civil apresentar a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência, mediante os seguintes procedimentos:

- a) apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto;
- b) devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, nos termos do item 11.2;
- c) apresentação do extrato da movimentação bancária da conta específica do instrumento.

12.4. Na hipótese de descumprimento de metas ou dos resultados estabelecidos no plano de trabalho, a organização da sociedade civil, além do disposto no item 12.3, deverá apresentar relatório de execução financeira, gerado pelo sistema corporativo de gestão das parcerias, contendo a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

12.5. O não cumprimento dos procedimentos indicados no item 12.3 ensejará a inadimplência da organização da sociedade civil e a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com o disposto no regulamento do Tribunal de Contas do Estado.

12.6. A prestação de contas anual, ou final, será realizada pelo gestor do instrumento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS BENS REMANESCENTES

13.1. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública ficarão sob a titularidade da organização da sociedade civil após o fim da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MONITORAMENTO

14.1. O monitoramento da execução de instrumentos de parceria será realizado pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar nº 119/2012, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

14.2. O monitoramento de que trata a cláusula 14.1 é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros.

14.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na realização das atividades de monitoramento, ensejará a proibição de celebração de novos convênios e instrumentos congêneres pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual concedente, até a sua realização, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 44 da Lei Complementar nº 119/2012.

14.4. O monitoramento compreenderá as atividades de acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



FISCALIZAÇÃO

15.1. Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução do Termo de Fomento será acompanhada por representante da Administração Pública, ficando designado como gestora e fiscal do presente instrumento a servidora **Maria da Conceição Nunes**, inscrita no CPF sob o n.º 169.256.453-68 e na Matrícula Funcional n.º 300122-1-6, à qual compete:

- a) avaliar os produtos e os resultados da parceria;
- b) verificar a regularidade no pagamento das despesas, ressarcimento e da aplicação das parcelas dos recursos transferidos;
- c) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, inclusive as apontadas pela fiscalização;
- d) suspender a liberação dos recursos financeiros e o pagamento de despesas do instrumento diante da constatação de irregularidades decorrentes do uso inadequado de recursos ou de pendências de ordem técnica;
- e) notificar a organização da sociedade civil, estabelecendo prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para prestar esclarecimento ou sanear as irregularidades ou pendências detectadas;
- f) analisar, no prazo de até 30 (trinta) dias, os esclarecimentos apresentados ou o saneamento das pendências pela organização da sociedade civil;
- g) quantificar e glosar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os valores correspondentes às irregularidades ou pendências não saneadas pela organização da sociedade civil;
- h) notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;
- i) registrar a inadimplência da organização da sociedade civil e dar ciência ao ordenador de despesa com vistas à rescisão do Termo de Fomento e à instauração da Tomada de Contas Especial, findo o prazo para ressarcimento do valor glosado, sem que este tenha sido realizado;
- j) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, nos termos dos artigos 101 e 102 do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;
- k) analisar a prestação de contas anual ou final, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil;
- l) emitir parecer conclusivo da prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos termos do artigo 118 do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;
- m) emitir Termo de Conclusão do instrumento, quando da aprovação da prestação de contas;
- n) visitar o local de execução do objeto;
- o) atestar a execução do objeto;
- p) registrar quaisquer irregularidades detectadas na execução física do objeto;
- q) emitir Termo de Fiscalização, com a constatação do alcance das metas referentes ao período e a indicação do percentual de execução, podendo ser anexados documentos de comprovação da execução, como listas de presença, fotos, vídeos, relatórios técnicos, medições de obras e serviços, publicações, certificados expedidos por organizadores de eventos, dentre outros;
- r) emitir Termo de Aceitação Definitiva do Objeto até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria.

15.2. O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o Plano de

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros.

15.3. O gestor poderá solicitar esclarecimentos acerca de quaisquer indícios de irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal.

15.4. Caso não haja o saneamento da pendência no prazo fixado, o gestor deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

- a) quantificar e glosar o valor correspondente à pendência;
- b) notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

15.5. O não atendimento pela organização da sociedade civil do disposto na alínea “b” do item 15.4 ensejará a rescisão do instrumento, a inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela execução do instrumento em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº13.019/2014, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto nº 32.810/2018 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar convênio, instrumento congênere, ou contrato com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar convênio, instrumento congênere, ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o conveniente ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 16.1.

16.2. As sanções estabelecidas são de competência exclusiva de Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

16.3. Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrentes de infrações relacionadas à execução dos instrumentos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

16.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

16.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente pela Administração Pública ou em decorrência de determinação judicial.

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;



17.2. A rescisão amigável por acordo entre as partes e a rescisão determinada pela Administração Pública por meio de ato unilateral serão formalmente motivadas nos autos do processo.

17.3. A intenção de rescisão amigável, por acordo entre as partes, deverá ser manifestada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, definindo as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades.

17.4. A rescisão unilateral poderá se dar nas situações previstas no Art. 105, §2º do Decreto Estadual nº 32.810/2018, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.5. A rescisão implica o final da vigência do instrumento, independente do motivo que a originou.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1. A Administração Pública poderá autorizar ou propor a alteração deste instrumento, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto.

18.2. A alteração de que trata o item 18.1 será formalizada por meio de apostilamento ou termo aditivo, durante a vigência do instrumento, assegurada a publicidade prevista na legislação competente.

18.3. Para a celebração de aditivos de valor será exigida a regularidade cadastral e a adimplência da organização da sociedade civil e do interveniente, quando este assumir a execução do objeto.

18.4. Este instrumento deverá ser alterado por apostilamento, nas hipóteses de:

- a) remanejamento de recursos sem a alteração do valor total;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;
- c) prorrogação de ofício, nos termos da cláusula quinta;
- d) alteração da classificação orçamentária;
- e) alteração do gestor e do fiscal do instrumento.

18.5. As hipóteses previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do item 18.4 se darão independentemente de anuência da organização da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

19.1. Caberá à Administração Pública realizar a publicação deste Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado do Ceará, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e no Decreto Estadual nº 32.810/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS VEDAÇÕES

20.1. É vedada a utilização de recursos transferidos para a execução de objeto diverso do pactuado e para pagamento de despesas com:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar, salvo situações específicas previstas em regulamento;
- b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional;

Secretaria da Proteção Social

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160

FONE: 3101-4557;



c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pela Administração Pública;

d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração do Fomento;

e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do instrumento, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da Administração Pública, da organização da sociedade civil e do interveniente;

f) bens e serviços fornecidos pela organização da sociedade civil e interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20.2. É vedado o pagamento de despesas referentes a ações executadas antes ou após a vigência do Termo de Fomento, podendo o pagamento ser realizado, excepcionalmente, após a vigência do instrumento, desde que a execução tenha se dado durante a vigência do mesmo, observados o limite do saldo remanescente e o prazo estabelecido no inciso I do Art. 55 da Lei Complementar Estadual n.º 119/2012.

20.3. É vedado o pagamento de despesas referentes a bens ou serviços que tenham sido adquiridos ou prestados antes ou após a vigência do instrumento da parceria.

20.4. É vedado o pagamento, a qualquer título, a pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais ou ocultação de bens, direitos e valores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. Durante a execução desta parceria, as partes se comprometem a observar as regras estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), em especial:

a) tratar os dados pessoais dos quais venham a ter ciência ou os que estiverem em sua posse durante a implementação do presente instrumento apenas para as operações e para os fins nele previstos;

b) limitar o período de armazenamento de dados à duração necessária para implementar o presente termo e cumprir quaisquer obrigações legais;

c) adotar todas as medidas de segurança técnica e organizacionais adequadas, bem como qualquer outra medida preventiva, a fim de impedir o tratamento de dados não permitido ou não compatível com a finalidade para a qual os dados são coletados e tratados;

d) adotar todas as medidas necessárias para garantir o exercício de direitos dos titulares dos dados previstos nos artigos 17 a 22, ambos da LGPD;

e) fornecer as informações apropriadas sobre as atividades de tratamento de dados realizadas, bem como comunicar prontamente qualquer solicitação do titular de dados à outra parte;

Secretaria da Proteção Social

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160

FONE: 3101-4557;



- f) não divulgar dados pessoais tratados na execução do presente instrumento às pessoas que não sejam autorizadas a realizar operações de tratamento;
- g) manter um registro, quando exigido por lei, das atividades de tratamento realizadas, em conformidade com o artigo 37 da LGPD; e
- h) comunicar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas após tomar conhecimento do evento e sem demora injustificada, quaisquer violações de dados pessoais, bem como cooperar para a notificação à autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Na forma do Artigo 54, X, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, data da última assinatura.

Sandro Camilo Carvalho Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Stélio Gama Lyra Júnior Instituto Nordeste Cidadania - INEC ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Ana Maria Rego Xavier Instituto Nordeste Cidadania - INEC ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	

Secretaria da Proteção Social
Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora - CEP: 60.130-160
FONE: 3101-4557;

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 21/08/2025, às 09:28 GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU em 20/08/2025, às 16:34 e OUTROS; (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código F629-792D-8654-774F.

SUITE



14 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 20 de August de 2025, 16:18:26



[47001 010991 2025-59] Termo de Fomento - INEC pdf

Código do documento 4a4961a1-256e-458c-b4d6-a89261eb364f



Assinaturas



Ana Maria Rego Xavier

Assinou como parte



STELIO GAMA LYRA JUNIOR

Assinou como parte

Eventos do documento

20 Aug 2025, 15:03:59

Documento 4a4961a1-256e-458c-b4d6-a89261eb364f **criado** por CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:03:59-03:00

20 Aug 2025, 15:04:19

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: **REMOVEU** o signatário - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:04:19-03:00

20 Aug 2025, 15:04:27

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: **REMOVEU** o signatário - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:04:27-03:00

20 Aug 2025, 15:04:35

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: **REMOVEU** o signatário - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:04:35-03:00

20 Aug 2025, 15:04:44

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: **REMOVEU** o signatário - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:04:44-03:00

20 Aug 2025, 15:05:05

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: **REMOVEU** o signatário - DATE_ATOM: 2025-08-20T15:05:05-03:00

20 Aug 2025, 15:05:13

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 21/08/2025, às 09:28 GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTTON SIDOU em 20/08/2025, às 16:34 e OUTROS; (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código F629-792D-8654-774F.

PLANO DE TRABALHO			
Concedente: SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL - SPS			
I- DADOS CADASTRAIS			
Proponente: Instituto Nordeste Cidadania			CNPJ: 01.437.408/0001198
Endereço: [REDACTED]			
Cidade: Fortaleza	U.F: CE	CEP: [REDACTED]	DDD/Fone: (85) 3209.9213
Conta corrente: [REDACTED]	Banco: CEF	Agência: 4249	Praça de pagamento: Fortaleza
Nome do representante legal: Stélio Gama Lyra Júnior		RG/Órgão expedidor: [REDACTED]	CPF: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]			
Cidade: Fortaleza	U.F: CE	CEP: [REDACTED]	DDD/Fone: (85) 3209.9200
II-IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO			
Valor Global: R\$ 301.762,95		Data do Plano de Trabalho: 04/2025	
III-DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO			
Título do Projeto: Programa Desenvolvimento Comunitário - Ciranda dos saberes, diálogos e sustentabilidade			
Contextualização: Temática conforme as Diretrizes do CEDCA Resolução nº 539/2024: Promoção da Convivência Familiar e Comunitária; Promoção do Desenvolvimento Econômico-social Cultural Sustentável das Famílias e das Comunidades; Fomento do Direito de Participação de Crianças e Adolescentes; Criação e Manutenção de Programas e Serviços Específicos de Proteção de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará. O projeto busca atender adolescentes e jovens de 12 a 29 anos, estudantes de escola pública, considerados população de baixa renda, bem como seus familiares, residentes em comunidades rurais e urbanas dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Itapiúna, Meruoca e Fortaleza, no Ceará. Para o presente plano de trabalho será considerado as metas: - Gerenciar desenvolvimento das atividades. - Realizar 180 ações de incentivo à leitura, envolvendo 150 crianças e adolescentes. - Formar 20 turmas, envolvendo 200 crianças e adolescentes em tecnologias digitais. - Realizar 10 oficinas de produção de alimentos naturais. - Realizar 10 oficinas sobre consciência ambiental e ecológica. - Realizar 10 oficinas sobre técnicas de permacultura.			

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:46 (Caratulo local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar_documento_e_informar_o_codigo 25AC-9C6D-5DF5-8733.

Objeto:

Contribuir com a promoção e garantia da dignidade de crianças e adolescentes, por meio do fortalecimento de vínculos entre famílias, territórios e redes de apoio socioassistencial de 06 municípios cearenses (Caucaia, Maracanaú, Itapiúna, Meruoca e Fortaleza) e de estratégias de favorecimento do protagonismo infantojuvenil.

Público-alvo:**Público direto**

- Crianças e adolescentes de 10 a 18 anos – 650 (seiscentos e cinquenta) beneficiários.

IV-PERÍODO DE EXECUÇÃO:**Início:** agosto/2025**Término:** julho/2026**V- INDICADORES PARA AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS****Indicadores:**

- Número de crianças e adolescentes participando das ações de incentivo à leitura;
- Número de turmas formadas em tecnologias digitais;
- Número de crianças e adolescentes envolvidas nas formações em tecnologias digitais;
- Número de crianças e adolescentes envolvidas nas oficinas sobre práticas agroecológicas.

VI -CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META 1		INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL		PERÍODO	
		UNIDADE	QUANTIDADE			DATA INICIAL	DATA FINAL
Gerenciar programa		meses	12	R\$ 60.000,00		08/2025	07/2026
ETAPA 1.1		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL		DATA INICIAL	DATA FINAL
Acompanhar, monitorar e avaliar		UN	12	R\$ 60.000,00		08/2025	07/2026
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 1.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA*1	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA*2
1.1.1	Agente Socioambiental	SERVIÇOS	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	serviço de terceiros - pessoa jurídica	
1.1.2	Coordenador Psicopedagógico	SERVIÇOS	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	serviço de terceiros - pessoa jurídica	

META 2		INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL		PERÍODO	
		UNIDADE	QUANTIDADE			DATA INICIAL	DATA FINAL
Envolver 150 crianças e adolescentes em ações de incentivo à leitura.		Ações	180	R\$ 22.697,19		08/2025	01/2026
ETAPA 2.1		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL		DATA INICIAL	DATA FINAL
Realizar atividade		UN	180	R\$ 22.697,19		08/2025	01/2026
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 2.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA*1	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA*2
2.1.1	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 60,31	R\$ 1.507,75	Material de consumo	
2.1.2	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00	Material de consumo	
2.1.3	Frete	UN	01	R\$ 54,15	R\$ 54,15	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
2.1.4	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 86,00	R\$ 2.150,00	Material de consumo	
2.1.5	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 49,44	R\$ 1.236,00	Material de consumo	
2.1.6	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 54,23	R\$ 1.355,75	Material de consumo	
2.1.7	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 53,96	R\$ 1.349,00	Material de consumo	
2.1.8	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 65,79	R\$ 1.644,75	Material de consumo	
2.1.9	Frete	UN	01	R\$ 43,00	R\$ 43,00	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
2.1.10	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 33,96	R\$ 849,00	Material de consumo	
2.1.11	Livros paradidáticos	UN	25	R\$ 79,20	R\$ 1.980,00	Material de consumo	
2.1.12	Frete	UN	01	R\$ 58,44	R\$ 58,44	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
2.1.13	Lanches	UN	1.555	R\$ 6,17	R\$ 9.594,35	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
META 3		INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL		PERÍODO	
		UNIDADE	QUANTIDADE			DATA INICIAL	DATA FINAL
Formar 20 turmas, envolvendo 200 crianças e adolescentes em tecnologias digitais		Crianças e adolescentes	200	R\$ 163.815,76		08/2025	07/2026
ETAPA 3.1		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL		DATA INICIAL	DATA FINAL
Implantar turmas		UN	20	R\$ 63.715,76		08/2025	07/2026
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 3.1							

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:06. Porário local do Estado do Ceará), conforme d Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 13:06. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA*1	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA*2
3.1.1	Notebook	UN	14	R\$ 4.048,99	R\$ 56.685,86		Bem permanente
3.1.2	Projeto multimídia	UN	02	R\$ 3.490,00	R\$ 6.980,00		Bem permanente
3.1.3	Frete	UN	01	R\$ 49,90	R\$ 49,90	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
ETAPA 3.2		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL		DATA INICIAL	DATA FINAL
Realizar formações		UN	20	R\$ 100.100,00		08/2025	07/2026
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 3.2							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA*1	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA*2
3.2.1	Facilitador(a)	hora/aula	1920	R\$ 50,00	R\$ 96.000,00	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
3.2.2	Camisas	UN	200	R\$ 20,50	R\$ 4.100,00	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	

META 4	INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL	PERÍODO			
	UNIDADE	QUANTIDADE		DATA INICIAL	DATA FINAL		
Formar 300 crianças e adolescentes em oficinas de produção de alimentos naturais, técnicas de permacultura e consciência ambiental e ecológica.	oficinas	30	R\$ 55.250,00	08/2025	07/2026		
ETAPA 4.1	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	DATA INICIAL	DATA FINAL		
Realizar oficinas	UN	30	R\$ 55.250,00	08/2025	07/2026		
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 4.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA*1	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA*2
4.1.1	Material didático	UN	01	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	Material de consumo	
4.1.2	Facilitador	hora/aula	90	R\$ 225,00	R\$ 20.250,00	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica	
TOTAL DE METAS: 04					SOMATÓRIO: R\$ 301.762,95		
VALOR GLOBAL DO PLANO DE TRABALHO: R\$ 301.762,95							

*1 NATUREZA DA DESPESA: Campo que indica a natureza da despesa do item. Domínio: “Bem”, “Serviço”, “Tributo”, “Obra”, “Despesa Administrativa” e “Outros”.

Documento assinado eletronicamente por PAULO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 R\$ 301.762,95
no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.

*2 NATUREZA DA DESPESA: Campo que indica outro tipo da Natureza de Despesa que não conste no item anterior.

VII-PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS			
Valores	Descrição		Valor (R\$)
	Material de Consumo	15,89%	R\$ 47.947,25
	Serviço de Terceiros – pessoa jurídica	63,01%	R\$ 190.149,84
	Bem permanente	21,10%	R\$ 63.665,86
	Valor Total	100%	R\$ 301.762,95
CRONOGRAMA DE REPASSE	ANO	VALOR (R\$)	
08/2025	2025	R\$ 253.815,70	
09/2025	2025	R\$ 47.947,25	
VALOR GLOBAL DO PROJETO:		R\$ 301.762,95	
VIII-CAPACIDADE INSTALADA (RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FÍSICOS)			
O projeto se desenvolverá em seis territórios, nas instalações de instituições parceiras a saber:			
Itapiúna			
Ceacri - Centro de Apoio à Criança			
CNPJ: 12.459.145/0001-34			
• 1 salão de uso geral de funcionários • 1 salão de atividades coletivas • 2 banheiros, 1 feminino e 1 masculino • 1 cozinha • 1 brinquedoteca • 1 laboratório de informática • 1 sala de atendimento das demandas do apadrinhamento • 1 espaço externo - palhoça de alvenaria • 1 almoxarifado			
Prédio anexo espaço alternativo:			
• 3 salas multiuso • 2 banheiros • Área externa • 1 cozinha • 1 almoxarifado			
Fortaleza			
Movimento Saúde Mental - MSM			
CNPJ: 03.918.813/0001-53			
• 1 sala para recepção • 1 espaço de leitura • 1 sala para coordenação • 1 sala para realização de atividades multiculturais • 1 auditório com capacidade de atender 30 pessoas			

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:46 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.

- 1 laboratório de Informática com 10 computadores com acesso à internet

Lar da Criança Domingos Sávio

CNPJ: 41.411.208/0001-80

- 1 sala para recepção
- 1 espaço de leitura
- 1 sala para coordenação
- 1 sala para realização de atividades multiculturais
- 1 auditório com capacidade de atender 30 pessoas
- 1 laboratório de Informática com 10 computadores com acesso à internet

Associação Cultural Canto da Jandaia - ACCJ (Ballet Raio de Sol)

CNPJ: 22.348.191/0001-10

- 1 sala de leitura
- 1 sala administrativa
- 2 banheiros
- 1 recepção
- 1 salão para dança

Associação Florzinha de Madre Verônica

CNPJ: 27.721.061/0001-02

- 1 salão para atividades em geral
- 2 banheiros
- 1 sala de coordenação
- 1 cozinha
- 1 refeitório
- 3 salas, sendo 1 de leitura

Maracanaú**Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU**

CNPJ: 07.605.850/0001-62

- 5 salas
- 2 banheiros
- 1 elevador
- 1 copa

Pacatuba**Instituto de Desenvolvimento e Integração da Criança e Adolescente (Instituto Dica)**

CNPJ: 08.741.329/0001-15

- 1 espaço aberto para atividades livres
- 2 salas de leitura, sendo 01 de leitura
- 2 banheiros
- 1 cozinha
- 1 refeitório
- 1 horta comunitária em fase de construção.

Caucaia

Centro de Pesquisa e Vivência Ecológica - Cepevive

CNPJ: 03.933.539/0001-91

- 1 sala grande para atividades em geral;
- 1 sala de leitura
- 1 sala de música
- 2 banheiros
- 1 cozinha e refeitório
- 1 espaço para atividades ao ar livre
- 1 horta comunitária.

Meruoca

Associação Comunitária em São Gonçalo

CNPJ: 07.663.818/0001-33

- 1 sala de reuniões
- 1 cozinha
- 2 banheiros
- 1 corredor de acesso
- 1 biblioteca
- 1 jardim
- 1 arquivo
- 1 espaço para horta comunitária
- 1 depósito

IX-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

AÇÕES	META 01	FONTE	AGOSTO/2025	SETEMBRO/2025	SOMA
	Gerenciar programa.		R\$ 60.000,00		R\$ 60.000,00
AÇÕES	META 02	FONTE	AGOSTO/2025	SETEMBRO/2025	SOMA
	Envolver 150 crianças e adolescentes em ações de incentivo à leitura.		R\$ 9.749,94	R\$ 12.947,25	R\$ 22.697,19
AÇÕES	META 03	FONTE	AGOSTO/2025	SETEMBRO/2025	SOMA
	Formar 20 turmas, envolvendo 200 crianças e adolescentes em tecnologias digitais.		R\$ 163.815,76		R\$ 163.815,76
AÇÕES	META 04	FONTE	AGOSTO/2025	SETEMBRO/2025	SOMA
	Formar 300 crianças e adolescentes em oficinas de produção de alimentos naturais,		R\$ 20.250,00	R\$ 35.000,00	R\$ 55.250,00

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:46 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.

	técnicas de permacultura e consciência ambiental e ecológica.				
TOTAL(R\$)			84,11%	15,89%	100%
VALOR GLOBAL(R\$):		R\$ 301.762,95			
X-ASSINATURA DO PROPONENTE					
LOCAL E DATA _____, ____ de ____ de 20 ____ _____ REPRESENTANTE DO PROPONENTE					
X-APROVAÇÃO DO CONCEDENTE					
LOCAL E DATA ____/____/____ _____ GESTOR / ORDENADOR DE DESPESA					

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:46 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.



MEMÓRIA DE CÁLCULO (PLANO DE TRABALHO / ESTIMATIVA DE CUSTO)

SERVIÇO DE TERCEIRO					
Nº DE ORDEM	ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1.1	Prestador de serviço para realizar atividades relacionadas à agroecologia urbana e educação ambiental, desenvolvendo essas atividades educacionais especialmente projetadas para as crianças.	unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
1.1.2	Prestador de serviço para coordenação psicopedagógica, segue as atribuições: - Realizar atividades em grupo ou de forma individual com o objetivo de desenvolver a criatividade, desenvoltura, colaboração, autoestima, bem como momentos de escuta, a fim de garantir uma aprendizagem significativa das crianças e adolescentes. - Atuar no planejamento das ações e do projeto. - Entregar mensalmente relatório das atividades. - Realizar outras atividades dentro de sua competência	unidade	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
2.1.3	Frete referente ao envio do livro paradidático "Manual para super-heróis: O início da revolução sustentável" autora Laila Zaid	unidade	01	R\$ 54,15	R\$ 54,15
2.1.9	Frete referente ao envio do livro paradidático "O menino que quase morreu afogado no lixo" Autora: Ruth Rocha	unidade	01	R\$ 43,00	R\$ 43,00
2.1.12	Frete referente ao envio do livro paradidático "Mais respeito eu sou criança" Autor: Pedro Bandeira	unidade	01	R\$ 58,44	R\$ 58,44
3.1.3	Frete referente ao envio do projetor multimídia	unidade	01	R\$ 49,90	R\$ 49,90
3.2.1	Prestação de serviço para facilitação das formações sobre os temas apresentados abaixo: - Robótica - Jogos digitais - Designer UX/UI	hora/aula	1920	R\$ 50,00	R\$ 96.000,00
3.2.2	Camisa gola careca em malha fio 30, 100% algodão	unidade	200	R\$ 20,50	R\$ 4.100,00
4.1.2	Prestação de serviço para facilitação das formações sobre	hora/aula	90	R\$ 225,00	R\$ 20.250,00

	temas relacionados a agroecologia urbana.				
TOTAL – R\$ 180.555,49					
SERVIÇO DE TERCEIRO					
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO					
Nº DE ORDEM	ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1.13	Lanche (Suco Caixinha 200ml, Biscoito 71,20 g e bolinho 40 g)	unidade	1.555	R\$ 6,17	R\$ 9.594,35
TOTAL – R\$ 9.594,35					
SERVIÇO DE TERCEIRO					
BEM PERMANENTE					
Nº DE ORDEM	ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1.1	Notebook Inspiron I15-I120K-M45P 15.6" Full HD 12ª Geração Intel Core i7 16GB 512GB SSD Windows 11 Preto	unidade	14	R\$ 4.048,99	R\$ 56.685,86
3.1.2	Projektor E20 3400 Lumens XGA HDMI RS232 V11H981020	unidade	02	R\$ 3.490,00	R\$ 6.980,00
TOTAL – R\$ 63.665,86					
SERVIÇO DE TERCEIRO					
MATERIAL DE CONSUMO					
Nº DE ORDEM	ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1.1	Livro paradidático "Quem vai salvar a vida" Autora: Ruth Rocha	unidade	25	R\$ 60,31	R\$ 1.507,75
2.1.2	Livro paradidático "Manual para super-heróis" Autora: Laila Zaid	unidade	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00
2.1.3	Livro paradidático "Azul e lindo planeta terra, nossa casa" Autora: Ruth Rocha	unidade	25	R\$ 86,00	R\$ 2.150,00
2.1.5	Livro paradidático "Gente, bicho, planta: o mundo me encanta " Autora: Ana Maria Machado	unidade	25	R\$ 49,44	R\$ 1.236,00
2.1.6	Livro paradidático "A perigosa vida dos passarinhos pequenos" Autora: Miriam Leitão	unidade	25	R\$ 54,23	R\$ 1.355,75
2.1.7	Livro paradidático "O protesto" Autora: Eduarda Lima	unidade	25	R\$ 53,96	R\$ 1.349,00
2.1.8	Livro paradidático "O menino que quase morreu afogado no lixo" Autora: Ruth Rocha	unidade	25	R\$ 65,79	R\$ 1.644,75

2.1.10	Livro paradidático "O menino da terra" Autor: Ziraldo	unidade	25	R\$ 33,96	R\$ 849,00
2.1.11	Livro paradidático "Mais respeito eu sou criança" Autor: Pedro Bandeira	unidade	25	R\$ 79,20	R\$ 1.980,00
4.1.1	Produção do material didático digital para realização das oficinas de produção de alimentos naturais, técnicas de permacultura e consciência ambiental e ecológica. Para cada oficina serão produzidos 6 vídeos animados, a serem disponibilizados através de um app Android que será construído para acesso aos conteúdos. Os conteúdos dos vídeos serão construídos a partir de uma abordagem lúdica, e em formato de microlearning, com conteúdos curtos e objetivos, para atrair a atenção do público alvo; Os vídeos terão duração de até 1 minuto e serão utilizados como conteúdos complementares às atividades presenciais a serem realizadas com as crianças e adolescentes.	unidade	01	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
TOTAL – R\$ 47.947,25					

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:46 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.



PLANO DE TRABALHO DC CIRANDA DOS SABERES - FECA pdf

Código do documento 29e5c49f-aaff-4a04-98bf-46a300c72b96



Assinaturas



STELIO GAMA LYRA JUNIOR

Assinou como parte

Eventos do documento

18 Jun 2025, 11:04:18

Documento 29e5c49f-aaff-4a04-98bf-46a300c72b96 **criado** por CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:18-03:00

18 Jun 2025, 11:04:28

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:28-03:00

18 Jun 2025, 11:04:32

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:32-03:00

18 Jun 2025, 11:04:46

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:46-03:00

18 Jun 2025, 11:04:49

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:49-03:00

18 Jun 2025, 11:04:55

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:55-03:00

18 Jun 2025, 11:04:59

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: -
REMOVEU o signatário - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:04:59-03:00



13 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 18 de June de 2025, 15:46:50



18 Jun 2025, 11:05:04

CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: [REDACTED]
REMOVEU o signatário [REDACTED] - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:05:04-03:00

18 Jun 2025, 11:07:03

Assinaturas **iniciadas** por CARLA JEANE DE ANDRADE QUEIROZ (992085cb-2f7d-48a4-8b56-99adb5f69e92). Email: [REDACTED]
[REDACTED] - DATE_ATOM: 2025-06-18T11:07:03-03:00

18 Jun 2025, 15:40:11

STELIO GAMA LYRA JUNIOR **Assinou como parte** (762b9494-a121-4b64-ab1b-d4ec4f0e5dbb) - Email: [REDACTED]
[REDACTED] IP: [REDACTED] ([REDACTED] porta: 37912) - [Geolocalização: -3.811853 -38.496436](#)
Documento de identificação informado: [REDACTED] DATE_ATOM: 2025-06-18T15:40:11-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e10e63c6b26ce320ebb0cab5f712eb5dab470de7fd1b6dc4f23538fc6e3c1784

(SHA512):135447377abe45df2a6ca0ab769079c03b25471991955a44f5ec6ad8b4bf7a27e7c52d85a35e0766adb39b65eb63aeec8ff33cfdb58a5fcd547e47e00e7262

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

Documento assinado eletronicamente por: ECILDO EVANGELISTA FILHO em 20/08/2025, às 15:05 RAFAEL FIGUEIREDO em 18/06/2025, às 15:46 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 25AC-9C6D-5DF5-8733.